Despacho rda Assembleia Geral Universal de 29/10/2026):

A Assembleia Geral, reunida em assembleia universal a 29 de outubro de 2026, deliberou por unanimidade — com 10 000 votos a favor (100% do capital social), nenhum voto contra e nenhuma abstenção — aprovar:

a) O Plano de Atividades e o Orçamento para 2027, constantes dos Anexos II, III e IV da Proposta n.º 310_DG_2026;

b) O Plano Plurianual de Investimentos para 2027-2031, no montante global de cerca de 57,2 milhões de euros, constante do Anexo I da mesma proposta.

Proposta 310_DG_2026

Assunto: Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2027, bem como do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o período 2027-2031

Despacho do C.A.:

O Conselho de Administração, reunido a 26 de outubro de 2028, aprovou por unanimidade:

a) O Plano de Atividades e o Orçamento para 2027 (Anexos II, III e IV da proposta);

b) O Plano Plurianual de Investimentos para 2027-2031, no montante global de 57,2 milhões de euros (Anexo I da proposta);

c) A autorização ao Conselho de Administração para submeter a proposta à aprovação da Assembleia Geral, nos termos estatutários e legais aplicáveis.

A proposta foi elaborada em conformidade com os Estatutos da Sociedade e com o regime jurídico da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, tendo obtido parecer prévio favorável do Fiscal Único (Anexo V).

Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho de Administração.

A presente proposta visa submeter à vossa apreciação e deliberação a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2027, bem como do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o período 2027-2031. Este é um momento de particular relevância para a nossa empresa, pois marca o início de um novo ciclo de gestão, ancorado num enquadramento contratual estável e pleno, materializado no novo Contrato de Gestão Delegada (CGD) para o período 2027-2031 e no respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) 2027-2041.

A proposta que agora se apresenta reflete, pela primeira vez desde 2020, a capacidade de inscrever a totalidade dos investimentos necessários, garantir a conformidade ambiental e reintroduzir serviços essenciais à qualidade do sistema, assegurando a sustentabilidade económica e financeira do serviço público que prestamos aos dez municípios acionistas.

O Plano de Atividades para 2027 está estruturado em cinco eixos estratégicos fundamentais.

O primeiro eixo prende-se com a garantia da qualidade e continuidade dos serviços, assegurando a manutenção preventiva e corretiva das nossas infraestruturas, a modernização da frota e a reintrodução dos serviços de lavagem de ecopontos e contentores, revertendo a contenção de anos anteriores.

O segundo eixo foca-se no cumprimento das metas ambientais do PERSU 2030 e do PAPERSU 2030, com particular destaque para o incremento da taxa de reciclagem do sistema de 25% em 2027 para 53% em 2030, um salto significativo que será suportado pela entrada em funcionamento da nova linha de processamento de biorresíduos.

O terceiro eixo visa o incentivo e a otimização das recolhas seletivas, através do reforço da rede com a aquisição de viaturas, ecopontos e contentores, e da implementação de uma estratégia integrada de comunicação e sensibilização ambiental.

O quarto eixo concentra-se no investimento em infraestruturas críticas e modernização, sendo o ano de 2027 o que concentra a maior fatia do PPI, com 30,1 milhões de euros, destacando-se a construção da nova linha de triagem de embalagens (candidatado ao Sustentável 2030), a selagem final da Célula 1 do aterro sanitário e a preparação da Célula 3.

Por fim, o quinto eixo promove a eficiência e a sustentabilidade financeira, refletindo os custos da gestão de resíduos através da aplicação da tarifa de equilíbrio de 80,00 euros por tonelada e da maximização das receitas próprias e do cofinanciamento comunitário.

No que concerne ao Orçamento para 2027, a projeção dos rendimentos de exploração, no valor de cerca de 18,22 milhões de euros, assenta em três pilares fundamentais.

O primeiro pilar corresponde à aplicação da tarifa pela receção e tratamento de resíduos indiferenciados, que gera ganhos de 5,41 milhões de euros, acrescidos da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), que é economicamente neutra.

O segundo pilar, de maior peso, é a venda de materiais recicláveis, que ascende a 8,88 milhões de euros, refletindo o crescimento das quantidades recolhidas seletivamente e o aumento da capacidade de triagem.

O terceiro pilar são as outras prestações de serviços, que totalizam 1,05 milhões de euros.

Quanto aos gastos de exploração, prevê-se um total de 18,18 milhões de euros (incluindo IRC), com destaque para os gastos com o pessoal (7,28 milhões de euros) e os fornecimentos e serviços externos (6,73 milhões de euros). O orçamento prevê um resultado líquido positivo de 37 mil euros e um EBITDA de 3,06 milhões de euros, assegurando o equilíbrio económico-financeiro.

O Plano Plurianual de Investimento para o período 2027-2031 totaliza um montante global de 57,2 milhões de euros. O financiamento deste ambicioso plano assenta em três fontes: o cofinanciamento comunitário, o financiamento bancário e o autofinanciamento. Esta estrutura de financiamento é crucial para a execução integral do plano e para a manutenção da sustentabilidade financeira do sistema ao longo de todo o período contratual.

Neste contexto, e considerando que a proposta se encontra elaborada em estrita conformidade com os Estatutos da Sociedade e com o regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e que a mesma já mereceu o parecer prévio do Fiscal Único, conforme consta do Anexo V da proposta, submeto à vossa apreciação a seguinte proposta de deliberação:

a) Primeiro, aprovar o Plano de Atividades e o Orçamento para o ano de 2027, conforme os documentos que constituem os Anexos II, III e IV da presente proposta.

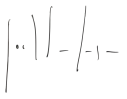
c) Segundo, aprovar o Plano Plurianual de Investimentos para o período 2027-2031, no montante global de 57,2 milhões de euros, conforme o Anexo I da presente proposta.

d) Terceiro, autorizar o Conselho de Administração a submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Geral da Sociedade, nos termos estatutários e legais aplicáveis.

À consideração do Conselho de Administração.

Carregueira, 20 de Outubro de 2026

o Diretor Geral



_____

(Joel Nunes Marques)

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2027

e

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO 2027-2031

RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.

Ecoparque do Relvão — Carregueira, Chamusca

Outubro de 2026

ÍNDICE

INTRODUÇÃO....3
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA....4
ÓRGÃOS SOCIAIS....4
ORGANIZAÇÃO INTERNA....5
EVOLUÇÃO HISTÓRICA....7
MISSÃO E ÁREAS DE INTERVENÇÃO....8
GESTÃO DE RESÍDUOS E A SUA MONITORIZAÇÃO EM 2025....9
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS....11
PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2027....12
RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO....13
GASTOS DE EXPLORAÇÃO....14
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2027 – 2031....16
ANEXOS....17
ANEXO I – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO 2027 - 2031....18
ANEXO II – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO....20
ANEXO III – GASTOS DE EXPLORAÇÃO....21
ANEXO IV – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL....23
ANEXO V - PARECER PRÉVIO DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL....24

INTRODUÇÃO

O Conselho de Administração da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A. (doravante RSTJ), submete à vossa apreciação e aprovação o Plano de Atividades e Orçamento para o período de 2027, e o Plano Plurianual de Investimentos 2027-2031. A presente proposta é elaborada em estrita conformidade com o disposto nos Estatutos da Sociedade e no regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Assume, porém, uma importância assinalável: pela primeira vez desde 2020, assenta num enquadramento contratual pleno — o novo Contrato de Gestão Delegada (CGD) para o período 2027-2031 e o respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) 2027-2041— que redefine o modelo económico-financeiro do sistema para um horizonte de 15 anos.

A RSTJ gere anualmente cerca de 95 mil toneladas de resíduos urbanos (cerca de 2% da produção nacional), produzidas por cerca de 197 mil habitantes dos dez municípios da sua área de intervenção — Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha — numa área geográfica de 2.465 km², o que corresponde a uma capitação de cerca de 480 kg/hab.ano. A recolha seletiva representa, nas projeções do EVEF para 2027, cerca de 25% dos resíduos urbanos (21% multimaterial e 4% biorresíduos), evoluindo para 53% em 2030, com a expansão das recolhas seletivas e a entrada em funcionamento das novas infraestruturas de valorização.

O Plano Plurianual de Investimento 2027-2031 prevê um investimento de cerca de 57,2 milhões de euros, dos quais 30,1 milhões de euros já em 2027, ano de arranque do plano. Este investimento destina-se ao cumprimento das condicionantes da Declaração de Impacto Ambiental (DIA) — designadamente a selagem final da Célula 1 do aterro sanitário —, à implementação da nova linha de triagem de embalagens (capacidade de 20.000 t/ano), à nova linha de biorresíduos da UTMB, à construção futura da Célula 3 do aterro e à expansão e modernização das recolhas seletivas, ecocentros e estações de transferência, em execução do PAPERSU 2030. O respetivo financiamento assenta em três fontes: cofinanciamento comunitário), financiamento bancário e autofinanciamento, sem distribuição de dividendos.

Em matéria tarifária, o EVEF estabelece uma tarifa de equilíbrio de 80,00 €/tonelada em 2027 aplicável aos resíduos indiferenciados e atualizada anualmente com base na variação do IHPC, estabelecida para uma rentabilidade do capital de 7,85% (taxa das OT 10A de 3,85% + prémio de risco de 4,0%). Com esta base, o orçamento de 2027 apresenta rendimentos de exploração de cerca de 18,2 M€ e gastos de 18,2 M€, em equilíbrio — com um resultado líquido previsto de 37 mil euros e um EBITDA de 3,1 M€ —, assegurando a sustentabilidade económico-financeira do sistema.

Este orçamento representa igualmente um ponto de viragem relativamente ao exercício anterior: enquanto a proposta de 2026 foi construída na ausência de um novo CGD e não permitia inscrever as dotações necessárias aos investimentos do PAPERSU nem às condicionantes da DIA, o orçamento de 2027 encontra-se integralmente ancorado no EVEF aprovado, permitindo inscrever a totalidade do investimento previsto para o ano, garantir a conformidade ambiental da operação e reintroduzir serviços essenciais à qualidade do sistema, como a lavagem dos ecopontos e o encaminhamento adequado do concentrado da ETAL.

Indicadores-chave de 2027 (EVEF)	
Investimento do PPI em 2027	30 143 mil euros
Rendimentos de exploração	18 220 mil euros
Gastos de exploração (com IRC)	18 183 mil euros
EBITDA / Resultado líquido	3 058 / 37 mil euros
Tarifa de equilíbrio (resíduos indiferenciados)	80,00 euros/tonelada
Taxa de reciclagem prevista	25% (2027) → 53% (2030)
Produção de resíduos urbanos / população	90 134 t / 197 011 hab.

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Denominação

RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.

Pessoa coletiva e inscrição na Conservatória do Registo Comercial: 515.332.607

Objeto social:

A sociedade tem por objeto a exploração e gestão dos serviços de interesse geral de gestão de resíduos urbanos, quer em alta quer em baixa e ainda a realização de todos os serviços inerentes à limpeza urbana. A sociedade pode ainda exercer atividades no âmbito das energias renováveis e valorização energética obtida a partir de resíduos e atividades acessórias com o seu objeto, designadamente atividades complementares ou subsidiárias à gestão de resíduos e de limpeza urbana, sistemas de informação geográfica, defesa ambiental e outras atividades inerentes à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos ou outras espécies.

Capital social:

50.000,00 euros (cinquenta mil euros), correspondente a 10.000 ações nominativas, com valor nominal de 5 euros.

Estrutura acionista:

Acionistas	Valor nominal	Ações	%
Município de Alcanena	5.000,00	1.000	10%
Município da Chamusca	5.000,00	1.000	10%
Município de Constância	5.000,00	1.000	10%
Município do Entroncamento	5.000,00	1.000	10%
Município de Ferreira do Zêzere	5.000,00	1.000	10%
Município da Golegã	5.000,00	1.000	10%
Município de Santarém	5.000,00	1.000	10%
Município de Tomar	5.000,00	1.000	10%
Município de Torres Novas	5.000,00	1.000	10%
Município de Vila Nova da Barquinha	5.000,00	1.000	10%
Total	**50.000,00**	**10.000**	**100%**

ÓRGÃOS SOCIAIS

A composição dos órgãos sociais da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. é a seguinte:

Mesa da assembleia-geral

Presidente — Município de Santarém

1º Secretário — Município de Entroncamento; 2º Secretário – Município de Torres Novas

Conselho de administração

Presidente — Município da Chamusca, representado por Nuno Jorge Lino Mira

Administradores — Município de Vila Nova da Barquinha, representado por Marina Lopes Honório; Município da Golegã, representado por António Carlos da Costa Camilo;

Fiscal único

Efetivo — Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda., representada por Paulo Alexandre Martins Patricio

Suplente — Floriano Manuel Moleiro Tocha

ORGANIZAÇÃO INTERNA

Direções e áreas operacionais:

- Direção geral;
- Direção de serviços administrativa e financeira;
- Direção do Capital Humano;
- Área de triagem;
- Área de exploração;
- Área de Ambiente e Sustentabilidade;
- Área de tratamento de resíduos;
- Área de Comunicação institucional;
- Área de compras e contratos;
- Área administrativa e financeira;
- Área de recursos humanos.

Organograma:

O organograma setorial da RSTJ EIM SA demonstra uma estrutura organizacional clara, eficiente e moderna, refletindo uma gestão eficaz e estratégica. A sua organização em áreas funcionais bem definidas, com reporte claro ao Diretor Geral e ao Conselho de Administração, garante a responsabilização e a eficiência operacional.

A Direção Administrativa e Financeira e a Direção de Capital Humano sublinham o compromisso da RSTJ EIM SA com a governança, a gestão financeira e o bem-estar e segurança dos seus colaboradores. Este organograma representa um avanço significativo na organização, permitindo uma melhor coordenação e colaboração entre direções e áreas.

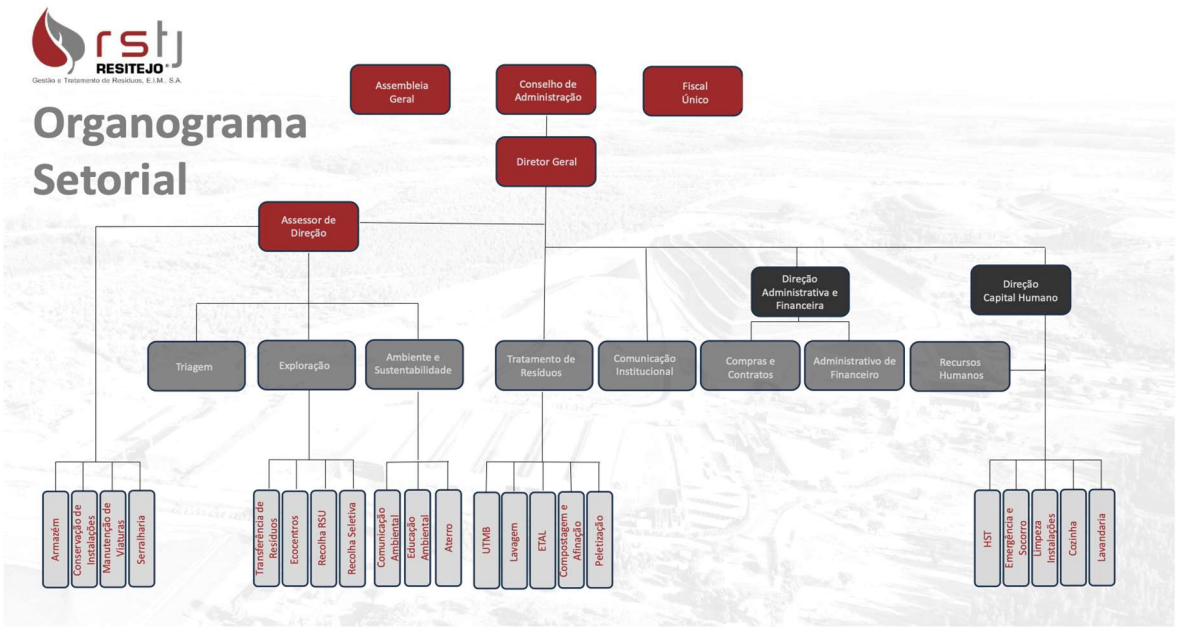


Figure 1: Organograma setorial da RSTJ EIM, S.A.

Mapa de Pessoal:

O mapa de pessoal resulta de uma análise estratégica das necessidades operacionais e legais em cada área da RSTJ EIM SA. Esta análise, rigorosa e abrangente, visa assegurar a conformidade legal, otimizar a eficiência dos nossos serviços e garantir a prestação de uma resposta eficaz e sustentável. Nos termos das premissas do EVEF, o orçamento de 2027 contempla um efetivo médio de 285 trabalhadores (290 no final do ano), resultado de 10 admissões líquidas associadas à operacionalização das novas infraestruturas, e a atualização anual das remunerações.

Categoria	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Diretor Geral	1	1	1	1	1	1	1
Assessor da Direção	1	1	1	1	1	1	1
Diretor de Serviço	2	2	2	2	2	2	2
Encarregado Geral	4	2	2	2	3	3	3
Responsável de Área	11	12	11	10	9	6	6
Técnico Superior	22	23	19	19	18	16	16
Encarregado	4	5	5	5	5	5	5
Mecânico de 1.ª	3	2	2	2	3	3	3
Técnico de Manutenção	4	3	3	3	4	4	5
Técnico de Emergência e Socorro	4	5	5	5	5	5	5
Motorista de Viatura de Pesados	50	57	52	50	51	51	53
Mecânico de 2.ª	2	4	4	4	2	2	2
Manobrador de Veículos Especiais	3	4	4	3	3	2	2
Pedreiro	4	3	3	3	3	3	3
Eletricista	1	1	2	2	2	2	2
Canalizador	1	1	1	1	1	1	1
Auxiliar de Manutenção	4	4	4	4	3	4	6
Serralheiro	4	5	4	4	4	6	7
Fiel de Armazém	2	2	2	1	1	1	1
Operador de Grua	5	5	3	3	2	2	2
Responsável de Cozinha	1	1	1	1	1	1	1
Responsável de Lavandaria	1	1	1	1	1	1	1
Técnico Administrativo	-	3	5	3	1	2	2
Chefe de Turno	4	4	4	4	4	4	4
Motorista de Viaturas Ligeiras	6	9	11	11	11	10	10
Auxiliar de Cozinha	3	3	3	3	3	3	3
Auxiliar de Lavandaria	2	2	2	2	2	2	2
Operador de Ecocentro	8	8	9	9	9	9	9
Auxiliar Operacional	135	135	125	120	124	128	132
Total	**294**	**309**	**292**	**280**	**280**	**280**	**290**

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A RSTJ tem as suas origens na RESITEJO – Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo, constituída a 9 de agosto de 1996. Após quase 25 anos de operação no modelo associativo, e por imperativo legal do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, bem como por recomendação da ERSAR, a associação deu lugar à atual empresa intermunicipal, a RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, EIM, S.A., que iniciou efetivamente a sua actividade a 1 de agosto de 2020.

O percurso operacional da organização iniciou-se de forma marcante em maio de 1999, com a inauguração das primeiras infraestruturas de tratamento de resíduos – um Aterro Sanitário, sete Estações/Centros de Transferência e sete Ecocentros –, um marco fundamental que pôs termo à deposição de resíduos em lixeiras a céu aberto na região. A gestão destas infraestruturas foi inicialmente delegada, transitando para a esfera da RESITEJO em abril de 2009, altura em que assumiu a gestão integral do sistema.

A aposta na valorização de resíduos materializou-se com a entrada em funcionamento da Estação de Triagem em dezembro de 2004, altura em que a RESITEJO assumiu também a responsabilidade direta pela recolha seletiva. Este compromisso com a reciclagem tem sido consistente, refletindo-se num contínuo reforço da rede de equipamentos disponíveis para a população, que conta atualmente com mais de 2.100 ecopontos.

A evolução dos serviços prosseguiu com a implementação da recolha seletiva porta-a-porta a estabelecimentos comerciais a partir de 2006, alargada a todos os municípios em 2016, e com a celebração de parcerias estratégicas, como a estabelecida com a ECOPILHAS em 2007, que consolidou a RESITEJO como unidade de triagem de pilhas a nível nacional.

Um salto tecnológico significativo ocorreu com a construção e inauguração, em 2013, da moderna Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB), seguida, em 2014, pela entrada em funcionamento da central de valorização de biogás. Mais recentemente, e com o apoio de fundos comunitários, a Empresa lançou o projeto inovador "Ecoponto à Porta", em 2020, e concluiu em 2022 as operações de modernização e ampliação das instalações para produção de Composto Orgânico e Peletização de Combustível Derivado de Resíduos (CDR). No período 2014-2023, a RESITEJO/RSTJ implementou com sucesso nove operações no âmbito do POSEUR, decisivas para o aumento da performance operacional da organização, com destaque para a ampliação do centro de triagem, a recolha seletiva multimaterial porta-a-porta, a ampliação e adaptação tecnológica do TMB e a peletização de CDR.

Esta trajetória reflete uma constante adaptação e modernização, sempre orientada para a excelência do serviço prestado aos dez municípios acionistas e para o cumprimento das mais exigentes metas ambientais.

MISSÃO E ÁREAS DE INTERVENÇÃO

A RSTJ, é a empresa responsável pela gestão e o tratamento dos resíduos produzidos pelos municípios - Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

Com uma área de influência de 2.465 km², a RSTJ tem a seu cargo dar destino final adequado às cerca de 95 mil toneladas de Resíduos Urbanos produzidas anualmente pelos cerca de 197.011 habitantes dos dez municípios aderentes ao sistema, o que corresponde a uma capitação de cerca de 480 kg/hab.ano. Para além dos serviços em alta de valorização, tratamento e destino final, a RSTJ procede aos serviços em baixa de recolha seletiva multimaterial (porta-a-porta, ecopontos e ecocentros), assegurando ainda, ao abrigo de contratos programa, a recolha indiferenciada nos concelhos da Chamusca, Entroncamento e Alcanena.



Figure 2: Área de intervenção da RSTJ EIM, S.A.

Em 2023, no âmbito da implementação do sistema de Gestão Ambiental e no cumprimento dos objetivos de melhoria contínua do desempenho ambiental, o Conselho de Administração definiu a Missão, Visão e Valores referentes à identidade corporativa da RSTJ EIM SA.

Missão: assegurar a recolha e tratamento dos resíduos, garantindo o futuro sustentável dos que cuidamos.

Visão: Acompanhar a evolução tecnológica para a valorização dos resíduos. Desenvolver sistemas seguros, ambientalmente sustentáveis, socialmente responsáveis e de referência.

Valores: Espírito de equipa - integridade - responsabilidade - rigor

GESTÃO DE RESÍDUOS E A SUA MONITORIZAÇÃO EM 2025

As quantidades de resíduos rececionados nas instalações da RSTJ EIM SA em 2025, último exercício com dados consolidados reportados no MRRU (Mapa de Registo de Resíduos Urbanos) e utilizado como base histórica no EVEF 2027-2041, são as que se apresentam seguidamente; os dados globais de 2025 constarão do respetivo Relatório de Atividades.

Aterro sanitário

O Aterro (célula 1) começou a receber resíduos em maio de 1999, tendo sido encerrado com a entrada em funcionamento da célula 2. A célula 2 está localizada a nordeste da célula 1 e é constituída por cinco alvéolos, designados por 4, 5, 6, 7 e 8. Com o fim de vida útil da célula 2 previsto para setembro de 2029, o EVEF prevê a aquisição do terreno e a construção da Célula 3 do aterro sanitário, bem como a reengenharia do aterro e a selagem progressiva das células existentes.

Célula 2 do Aterro	
Ano de Exploração	**Deposição (t)**
2014	27.388,00
2015	70.433,00
2016	87.737,00
2017	97.509,00
2018	51.539,00
2019	55.750,52
2020	76.172,62
2021	87.123,69
2022	40.956,67
2023	24.677,35
2024	50.291,25
2025	46 554,28

Estação de triagem

No ano de 2025, foram rececionados na estação de triagem, provenientes dos municípios acionistas, os quantitativos apresentados no quadro seguinte:

Município	Vidro	Cartão	Plástico	Metais	Madeira	Monos	Pneus	REEE	Lampadas	Total
Alcanena	213,74	223,39	315,00	0,00	101,45	67,63	0,00	13,22	0,00	**1103,51**
Chamusca	124,16	174,18	231,45	14,76	137,11	91,41	0,00	19,48	0,26	**1021,32**
Constância	76,69	105,63	112,08	0,00	43,40	28,94	0,00	0,00	0,00	**439,08**
Entroncamento	279,84	454,61	495,71	0,00	215,69	143,79	0,00	9,88	0,00	**1959,00**
F. Zêzere	169,24	163,33	167,14	0,00	54,97	36,65	0,00	4,52	0,00	**687,47**
Golegã	88,07	131,09	160,28	0,00	21,10	14,06	0,00	0,06	0,00	**449,82**
Santarém	871,35	1330,03	1244,50	0,00	436,38	290,92	0,00	48,14	0,22	**4948,84**
Tomar	605,26	605,67	716,68	0,00	188,06	125,38	0,00	36,40	0,00	**2590,89**
T. Novas	584,30	652,94	776,43	0,00	118,44	78,96	0,00	17,12	0,00	**2425,59**
V. N. Barquinha	122,22	144,91	211,38	0,00	47,78	31,86	0,00	16,20	0,00	**653,99**
Total	**3134,85**	**3985,78**	**4430,65**	**14,76**	1364,39	909,59	**0,00**	**165,02**	**0,48**	**16279,50**

A quantidade de resíduos recicláveis rececionados na estação de triagem em 2025 provenientes de particulares/pequenos produtores foi de 273,28 t. No total foram retomados 11.358,09 t de materiais para valorização.

Materiais resultantes do processo de triagem mecânica multimaterial

Materiais	2025(t)
Vidro	3 128,82
REEE	190,91
Sucata Aço	836,53
Sucata Alumínio	77,36
Cartão90%	680,88
Cartão42%	2 942,40
ECAL	144,36
PET	427,94
Filme Plástico	327,26
PEAD	191,62
Aço embalagem	283,86
Alumínio embalagem	74,10
EPS	5,92
Plástico Misto (OEP)	1 356,10
Plástico rígido	22,86
Tampinhas	38,28
Outros Plásticos (refugo)	628,88
Total	**11.358,08**

Unidade de tratamento mecânico e biológico (TMB)

No ano de 2025 foram rececionados no TMB 83.714,07 t de resíduos provenientes dos 10 municípios associados (incluindo os resíduos verdes), 17.730,66 t de resíduos entregues por outros sistemas e 1.403,58 t de particulares/pequenos produtores, num total de 103.933,89 t. Os refugos provenientes da Estação de Triagem também dão entrada no TMB, tendo entrado 1.085,58 t de refugos na unidade.

Foram enviados para valorização no total 4.712,17 t de resíduos, dos quais: 333,38 t de embalagens de aço; 71,73 t de embalagens de alumínio; 141,96 t de plásticos não embalagem; 194,16 t de PET; 63,24 t de PEAD; 1.204,02 t de PET/PEAD; 53,50 t de filme plástico; 0 t de material para CDR; 0 t de composto; 117,24 t de vidro; 72,18 t de pneus; 2460,76 t de resíduos biodegradáveis. O refugo da unidade foi de 46.554,28 t, que tiveram como destino o aterro. Deram entrada no tratamento biológico cerca de 44.725,00 t de resíduos orgânicos provenientes do tratamento mecânico, em que 36.689,00 t foram depositadas em aterro como composto fora de especificação e 8.036,00 t foram valorizadas organicamente. Do composto produzido apenas 4,9 t foram escoados externamente. Do processo resultaram 843,78 t de refugo.

Projeção da produção de resíduos 2027-2031 (EVEF)

O EVEF 2027-2041 projeta uma produção anual de resíduos urbanos constante de 90.134 t, com uma alteração estrutural profunda da sua composição: a recolha indiferenciada reduz-se de 67.651 t (2027) para 41.933 t (2030-2031), em benefício das recolhas seletivas — multimaterial e de biorresíduos —, elevando a taxa de reciclagem do sistema de 25% para 53%.

Produção de Resíduos (t)	2027	2028	2029	2030	2031	TOT 27-31
Resíduos Indiferenciados	67 651	60 457	53 264	41 933	41 933	265 239
Recolha Seletiva de Biorresíduos	3 818	7 036	10 253	13 471	13 471	48 050
Recolha Seletiva Multimaterial	18 666	22 641	26 617	34 730	34 730	137 383
TOTAL	**90 134**	**90 134**	**90 134**	**90 134**	**90 134**	**450 672**
Taxa de Reciclagem (%)	25%	33%	41%	53%	53%	—

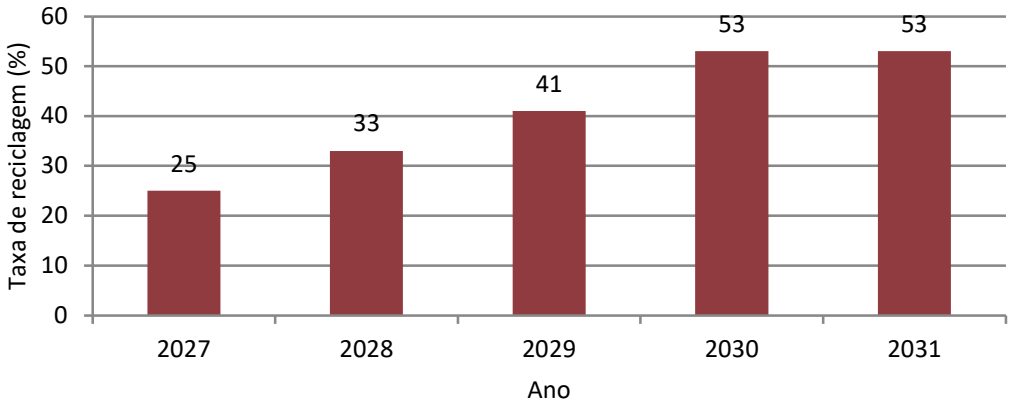


Gráfico 1: Evolução prevista da taxa de reciclagem do sistema, 2027-2031

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Em termos de objetivos estratégicos da empresa, destacamos os seguintes:

- Implementação do Contrato de Gestão Delegada 2027-2041 e do respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), num regime de equilíbrio económico-financeiro;
- Execução integral do Plano Plurianual de Investimento 2027-2031 (cerca de 57,2 M€), com destaque para a nova linha de triagem de embalagens e a nova linha de valorização de biorresíduos;
- Cumprimento das condicionantes da Declaração de Impacto Ambiental (DIA), nomeadamente a selagem da Célula 1 do aterro sanitário e as soluções de gestão de lixiviados;
- Preparação da construção da Célula 3 do aterro sanitário, assegurando a capacidade de destino final do sistema (aquisição do terreno em 2027 e construção a partir de 2029);
- Implementação do PAPERSU 2030 aprovado pelos Acionistas e cumprimento das metas do PERSU 2030, elevando a taxa de reciclagem do sistema de 25% (2027) para 53% (2030-2031);
- Expansão das recolhas seletivas multimaterial e de biorresíduos, com o reforço dos meios de deposição, recolha e transferência;

- Maximização do cofinanciamento comunitário (SUSTENTÁVEL 2030 e ALENTEJO 2030), assegurando a preparação das candidaturas para os investimentos ainda não apoiados;
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados aos municípios da área de intervenção, com a reintrodução da lavagem dos ecopontos e a otimização dos indicadores de qualidade ERSAR;
- Garantia de um serviço de alta qualidade, assegurando o cumprimento da legislação nacional e comunitária.

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2027

O Plano de Atividades para 2027 assenta numa premissa que já não é uma expectativa, mas uma certeza: a existência de um enquadramento contratual pleno, materializado no Contrato de Gestão Delegada 2027-2041 e no respetivo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira. Estes instrumentos definem o modelo de financiamento do sistema, a tarifa de equilíbrio e o plano de investimento, criando as condições de estabilidade financeira e jurídica que a proposta orçamental de 2026 não conseguia assegurar. A materialização deste cenário contratual permite, finalmente, alinhar o orçamento, o investimento e as metas ambientais num único plano de ação, organizado em torno dos seguintes eixos estratégicos:

1. Garantia da Qualidade e Continuidade dos Serviços

A RSTJ empenhar-se-á na manutenção da operacionalidade e robustez de todo o sistema, assegurando a prestação contínua e de qualidade de todos os serviços sob a sua responsabilidade — em alta (UTMB, estação de triagem, aterro sanitário e ETAL) e em baixa (recolhas seletivas, ecocentros e estações de transferência). Este compromisso traduz-se na manutenção preventiva e corretiva das infraestruturas, na modernização da frota e na reintrodução dos serviços de lavagem de ecopontos e contentores, revertendo a contenção de anos anteriores que comprometia o indicador RU 05 da ERSAR.

2. Cumprimento das Metas Ambientais do PERSU 2030 e do PAPERSU 2030

A atuação da RSTJ será orientada para o cumprimento rigoroso das metas nacionais e do sistema, com foco específico no incremento das taxas de preparação para a reutilização e reciclagem — previstas atingir 25% em 2027 e 53% em 2030 —, no aumento da reciclagem de embalagens e na redução da deposição em aterro sanitário, que passa a corresponder apenas aos refugos dos processos de valorização (deposição indireta). A entrada em funcionamento da linha de processamento dedicado de biorresíduos, prevista para 2027, é determinante para este eixo.

3. Incentivo e Otimização das Recolhas Seletivas

Será dada continuidade e intensificação às iniciativas de atuação sobre a procura e a oferta do serviço. No plano material, proceder-se-á ao reforço da rede, com a aquisição de viaturas de recolha, ecopontos de 2.500 l, contentores porta-a-porta e a conclusão do ecocentro da Chamusca. Paralelamente, será implementada a estratégia integrada de comunicação e sensibilização ambiental, com o objetivo de aumentar a quantidade e qualidade dos materiais depositados na recolha seletiva e preparar a expansão das recolhas de biorresíduos até 2030.

4. Investimento em Infraestruturas Críticas e Modernização

O ano de 2027 concentra a maior fatia do Plano Plurianual de Investimento — 30,1 M€ —, com destaque para: a construção da nova linha de triagem de embalagens (14,98 M€, capacidade de 20.000 t/ano, candidatada a cofinanciamento ao abrigo da operação PACS-FC-04302500); a selagem final da Célula 1

do aterro sanitário (3,19 M€, condicionante da DIA); a aquisição do terreno para a Célula 3 do aterro e as novas lagoas de lixiviado (1,5 M€); a ampliação e adaptação dos ecocentros e estações de transferência às normas da APA (2,0 M€); a nova linha de alimentação dos biorresíduos à fase de compostagem (720 mil euros); a requalificação dos pavilhões de compostagem e armazenamento de composto (450 mil euros); as redes de drenagem de águas residuais (550 mil euros) e as soluções construtivas de gestão de lixiviados (609 mil euros).

5. Promoção da Eficiência e da Sustentabilidade Financeira

A RSTJ prosseguirá o objetivo de refletir clara e corretamente os custos da gestão de resíduos, promovendo a máxima eficiência na utilização dos recursos e maximizando as receitas próprias, nomeadamente através da valorização de fluxos específicos de resíduos. A aplicação da tarifa de equilíbrio de 80,00 €/t, a monitorização regular da evolução real face às previsões do EVEF e a garantia da execução das candidaturas de cofinanciamento assegurada e a aguardar decisão favorável (respetivamente ALENTEJO 2030 e SUSTENTÁVEL 2030) constituem os pilares deste eixo.

Em síntese, o ano de 2027 representa o início de um novo ciclo para a RSTJ: a execução de um plano de atividades apoiado num enquadramento contratual estável, que assegurará a modernização do sistema, o cumprimento das metas ambientais e a prestação de um serviço público de excelência aos dez municípios acionistas.

RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO

A projeção dos rendimentos de exploração para 2027 foi elaborada com base no modelo económico-financeiro do EVEF 2027-2041, seguindo uma abordagem prudente e realista. A estrutura de receitas assenta em três pilares fundamentais, agora sustentados por um enquadramento tarifário aprovado e por um plano de investimento que amplia a capacidade de valorização do sistema.

O primeiro pilar, e aquele que garante a operacionalidade base do sistema, é a aplicação da tarifa pela receção e tratamento de resíduos urbanos indiferenciados dos municípios acionistas. A tarifa de equilíbrio fixada no EVEF a preços constantes é de 80,00 €/tonelada em 2027, subindo para 85 €/t em 2028 e evoluindo até 88 €/t em 2031. Os ganhos tarifários previstos para 2027 ascendem a 5.412 mil euros, aplicados sobre cerca de 67.651 t de resíduos indiferenciados. Os resíduos das recolhas seletivas de biorresíduos e multimaterial não estão sujeitos a tarifa (exceto se, por contaminação, tiverem de ser processados como resíduos indiferenciados). A este pilar acresce a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), cobrada em montante igual ao suportado (1.031 mil euros em 2027), sendo, portanto, económica e financeiramente neutra.

O segundo pilar, de maior peso (54% do volume de negócios), é a venda de materiais recicláveis. Estes provêm da recolha seletiva, da recolha porta-a-porta, do processo de triagem e da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico. As vendas previstas para 2027 ascendem a 8.884 mil euros, um acréscimo de cerca de 48% face ao orçamento de 2026, refletindo os preços unitários atualizados (por decisão da ERSAR – Proc. 31373 – Informação I-000991/2026 de 17-09-2026), o crescimento das quantidades recolhidas seletivamente e o aumento da capacidade de triagem proporcionado pela nova linha de triagem de embalagens.

O terceiro pilar são as outras prestações de serviços que, para 2027 somam 1 055 mil euros, incluindo as receitas dos contratos programa de recolha indiferenciada com os municípios da Chamusca, do Entroncamento e de Alcanena (cerca de 996 mil euros) e os serviços prestados a empresas e a outros SGRU. Os serviços fora do âmbito tarifário são alvo de faturação autónoma e encontram-se equilibrados,

vindo em 2027 em benefício da tarifa em 0,69 €/t. Acrescem ainda os outros rendimentos (1.838 mil euros), dos quais 1.671 mil euros referentes à imputação de subsídios ao investimento cofinanciado (ALENTEJO/CENTRO 2030: 1.274 mil euros; POSEUR – ampliação e adaptação tecnológica do TMB: 339 mil euros; POSEUR – CDR peletização: 58 mil euros).

Orçamento dos rendimentos de 2027 (milhares de euros)	
71 – Vendas	8 884
72 – Prestações de serviços	7 499
das quais: Tarifas	5 412
das quais: Taxa de Gestão de Resíduos	1 031
das quais: Outras prestações de serviços	1 055
73 – Variação da produção	0
78 – Outros rendimentos	1 838
das quais: Imputação de subsídios ao investimento	1 671
Total dos rendimentos	**18 220**

O volume de negócios previsto para 2027 (16,38 M€) cresce de forma assinalável face ao orçamento de 2026 (12,99 M€), impulsionado pelas vendas de materiais recicláveis e pela tarifa. Em síntese, a estrutura de rendimentos projetada demonstra a dualidade do modelo de negócio da RSTJ, equilibrando receitas garantidas pelos municípios com receitas de mercado voláteis, agora com a robustez que o novo Contrato de Gestão Delegada e o EVEF garantem. Em anexo apresenta-se o orçamento dos rendimentos de exploração (Anexo II).

GASTOS DE EXPLORAÇÃO

A projeção dos gastos de exploração para 2027 foi elaborada com base no modelo económico-financeiro do EVEF, num quadro de eficiência na utilização dos recursos, mas agora sem a contenção severa que caracterizou os orçamentos anteriores, permitindo restabelecer a qualidade do serviço e a conformidade regulatória. Os gastos previstos para 2027 ascendem a 18.172 mil euros (18.183 mil euros com IRC).

Gastos com o pessoal: o orçamento contempla um efetivo médio de 285 colaboradores (290 no final do ano), com 10 admissões líquidas destinadas a dar resposta às necessidades operacionais associadas à operacionalização das novas infraestruturas. Esta rubrica, de 7.279 mil euros, integra as atualizações salariais (incluindo o acréscimo real entre 2,3% e 6,5%), os encargos sobre remunerações, seguros, HSST, formação profissional, fardamento e outros gastos incluindo os do refeitório.

Fornecimentos e serviços externos: constituem a segunda rubrica de maior peso, com 6.726 mil euros. Destacam-se a conservação e reparação (1.708 mil euros), a energia e fluídos (2.009 mil euros), os subcontratos (185 mil euros) e os trabalhos especializados (1.237 mil euros), nos quais se reintroduzem a lavagem de ecopontos (593 mil euros) e o encaminhamento de CDR (290 mil euros), além da avaliação da contaminação de solos (125 mil euros) prevista no plano de monitorização do licenciamento ambiental.

Depreciações e amortizações: o orçamento prevê 2.888 mil euros, um acréscimo significativo face a 2026 (1.213 mil euros), resultante da entrada em funcionamento das novas infraestruturas de valorização — designadamente a nova linha de triagem de embalagens — e do reinício do plano de investimento financiado.

Os outros gastos e perdas totalizam 1.152 mil euros, incluindo a TGR suportada (1.031 mil euros, economicamente neutra por ser cobrada em montante igual).

Juros e gastos similares: os encargos financeiros projetados para 2027 ascendem a 122 mil euros, refletindo o início do recurso gradual ao financiamento bancário previsto no EVEF (cerca de 18,2 M€ entre 2027 e 2031) para suportar o plano de investimento.

Orçamento dos gastos de 2027 (milhares de euros)	
61 – Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	5
62 – Fornecimentos e serviços externos	6 726
63 – Gastos com o pessoal	7 279
64 – Gastos de depreciação e de amortização	2 888
68 – Outros gastos e perdas	1 152
69 – Juros suportados (financiamento)	122
Total dos gastos (sem IRC)	**18 172**
Gastos totais (com IRC)	18 183

Em conclusão, a estrutura de gastos de exploração para 2027 foi construída em equilíbrio com a estrutura de rendimentos, garantindo a cobertura integral dos gastos totais (taxa de cobertura de 1,00), a conformidade regulatória e a qualidade do serviço público. Em anexo apresenta-se o orçamento dos gastos de exploração (Anexo III).

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2027 – 2031

Plano Plurianual de Investimento (PPI) 2027-2031

O Plano Plurianual de Investimento está integralmente alinhado com o plano de investimento definido no EVEF 2027-2041 e com as operações de cofinanciamento: já asseguradas a operação ALT2030-FEDER-03100000 – Modernização e Reconversão de Instalações de Tratamento (aviso ALT2030-2024-28), que abrange a nova linha de biorresíduos, a requalificação dos pavilhões de compostagem/armazenamento e a selagem da Célula 1 do aterro sanitário; em fase de candidatura ao SUSTENTÁVEL 2030 a operação PACS-FC-04302500 – Nova Linha de Triagem de Embalagens (aviso PACS-2026-12), admite-se que venham ainda a ser cofinanciados os investimentos "em baixa" relativos a ecocentros, estações de transferência e expansão das recolhas seletivas.

O investimento a inscrever para 2027 ascende a 30,1 M€, organizado em cinco grupos: Investimentos da DIA (5,2 M€), Aterro Sanitário (1,5 M€), Transferência e Recolha (6,9 M€), Valorização Multimaterial e Orgânica (16,2 M€) e Outros Investimentos (0,4 M€). O detalhe do plano de investimento de 2027 consta do Anexo I.

O Plano Plurianual de Investimento (PPI) para o 1.º quinquénio do contrato, em preços constantes de 2027, é o que se apresenta no quadro seguinte, num montante global de 57,2 M€.

Plano de investimento (milhares de euros, preços constantes)						
Área de investimento	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**TOTAL**
Investimentos DIA	5 152	2 244	1 309	1 309	1 309	11 325
Aterro Sanitário	1 500	149	11 970	0	0	13 620
Transferência e Recolha	6 934	2 899	1 017	1 017	110	11 976
Valorização Multimaterial e Orgânica	16 152	1 500	0	0	0	17 652
Outros Investimentos	405	1 078	435	335	335	2 588
TOTAL	**30 143**	**7 871**	**14 731**	**2 661**	**1 755**	**57 161**
Acumulado	**30 143**	**38 013**	**52 745**	**55 406**	**57 161**	**—**

Financiamento do plano de investimento

As fontes de financiamento do PPI 2027-2031 são três: o cofinanciamento comunitário (cerca de 57% do investimento total, ou seja, 32,9 M€ — dos quais 3,13 M€ já se encontram assegurados através de uma operação ALENTEJO 2030, e em fase de candidatura 12,74 M€ através de uma operação SUSTENTÁVEL 2030), o financiamento bancário (cerca de 32%, ou seja, 18,2 M€, com utilização gradual e sujeito à efetiva realização do investimento — registando-se que os empréstimos de médio e longo prazo existentes ficarão totalmente amortizados em 2026) e o autofinanciamento (cerca de 11%, ou seja, 6,11 M€, refletindo a opção de não distribuição de dividendos).

Financiamento do PPI 2027-2031	M€	Peso
Cofinanciamento comunitário	32,9	57%
Financiamento bancário	18,2	32%
Autofinanciamento	6,1	11%
Total 2027-2031	**57,2**	**100%**

A execução destes investimentos carece de um acompanhamento contínuo do calendário de execução física e financeira e do respetivo plano de candidaturas, cuja concretização permitirá manter o mix de financiamento proposto e, em consequência, a sustentabilidade económico-financeira do sistema ao longo de todo o período contratual. Em anexo apresenta-se o Plano Plurianual de Investimento 2027-2031 (Anexo I).

ANEXOS

Integram a presente proposta os seguintes anexos:

Anexo I – Plano de Plurianual de Investimento 2027-2031;

Anexo II – Rendimentos de Exploração;

Anexo III – Gastos de Exploração;

Anexo IV – Demonstração de Resultados Previsional; e

Anexo V – Parecer prévio do Fiscal Único

A RSTJ propõe-se a dar continuidade à mudança do paradigma da gestão de resíduos da região, em defesa do ambiente, da saúde e do bem-estar das atuais gerações e, sobretudo, das vindouras!

ANEXO I – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO 2027 - 2031

Em Milhares de Euros

PLANO DE INVESTIMENTOS	2027	2028	2029	2030	2031	TOTAL 2027-2031
1. Investimentos DIA	**5 152**	**2 244**	**1 309**	**1 309**	**1 309**	**11 325**
1.1 Selagem da Célula 1 do Aterro Sanitário	3 192					3 192
1.2 Selagem da Célula 2 do Aterro Sanitário	700	700	700	700	700	3 500
1.3 Encaminhamento do Concentrado da ETAL para Destino Final Adequado – CIRVER *	1 000					1 000
1.4 Construção das Redes de Drenagem de Águas Residuais	550	605				1 155
1.5 Implementação de Soluções Construtivas de Gestão de Lixiviados	609	609	609	609	609	3 047
1.6 Construção de Chaminés para a Linha de Afinação e Peletizadora (FF6, FF7 e FF8)	100	250				350
1.7 Projeto de Investigação no Contíguo Sítio Carregueira CNS29379		80				80
2. Aterro Sanitário	**1 500**	**149**	**11 970**	**0**	**0**	**13 620**
2.1 Aquisição de Terreno para a Célula 3 do Aterro e Área das Novas Lagoas de Lixiviado	1 500					1 500
2.2 Projeto e Execução da Célula 3 do Aterro Sanitário		75				75
2.3 Construção da Célula 3 do Aterro Sanitário			2 700			2 700
2.4 Fiscalização da Construção da Célula 3 do Aterro Sanitário			50			50
2.5 Construção de Muro de Suporte junto à Célula 2 e Construção de Telheiro para Estacionamento Viaturas de Recolha		74				74
2.6 Construção da Estrada de Acesso ao Aterro			220			220
2.7 Reengenharia do Aterro Sanitário			9 000			9 000
3. Transferência e Recolha	**6 934**	**2 899**	**1 017**	**1 017**	**110**	**11 976**
3.1 Reforçar e Melhorar Infraestruturas de Transferência e Ecocentros – Construção Civil	2 000					2 000
3.2 Idem – Contentores Metálicos 30 m³	175					175
3.3 Idem – Viaturas de Transporte de Ecocentros	1 254					1 254
3.4 idem – Trator para Semi-reboque		976				976
3.5 Aumentar a Proximidade e Otimizar a Rede de RS Multimaterial – Viaturas de Recolha	1 813	1 813	906	906		5 438
3.6 Idem – Aquisição de Ecopontos (2 500 l)	525					525
3.7 Idem – Aquisição de Contentores P-a-P	656					656
3.8 Conclusão da Construção do Ecocentro da Chamusca	350					350
3.9 Renovação de Ecopontos/Contentores	60	60	60	60	60	300
3.10 Beneficiação e Substituição de Placas Sinaléticas nos Ecopontos Existentes	50					50
3.11 Software de Planeamento e Gestão das Recolhas Seletivas	50	50	50	50	50	250
4. Valorização Multimaterial e Orgânica	**16 152**	**1 500**	**0**	**0**	**0**	**17 652**
4.1 Nova Linha de Triagem de Embalagens	14 983					14 983
4.2 Nova Linha de Alimentação dos Biorresíduos à Fase de Compostagem	720					720
4.3 Optimização do Funcionamento da UTMB		1 500				1 500
4.4 Requalificação dos Pavilhões de Compostagem e Armazenamento de Composto	450					450

5. Outros Investimentos	**405**	**1 078**	**435**	**335**	**335**	**2 588**
5.1 Estratégia Integrada de Comunicação e Sensibilização	140	140	140	140	140	700
5.2 Apoio à Implementação e Melhoria da Gestão de Resíduos à Escala Municipal	100	100	100	100	100	500
5.3 Oficina de Mecânica – Aquisição de Elevador de 4 Colunas com Capacidade de 30 t	30	30				60
5.4 Reabilitação Pavimentos Vias de Circulação, em resultado das Obras Nova Rede de Drenagem Águas Residuais		450				450
5.5 Ampliação da Zona de Estacionamento para Funcionários (Atual Zona de Painéis Fotovoltaicos)		53				53
5.6 Implementação de Medidas de Utilização Racional de Energia	40	210	100			350
5.7 Equipamento Administrativo	20	20	20	20	20	100
5.8 Estudos e Projetos para a Otimização da Gestão e Operação do Sistema	75	75	75	75	75	375
TOTAL	**30 143**	**7 871**	**14 731**	**2 661**	**1 755**	**57 161**

** Operação de encaminhamento do concentrado da ETAL assegurada por via dos CIRVER (SISAV/ECODEAL), apresentada a título informativo, não inscrita no total do plano, nos termos do EVEF).*

ANEXO II – RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO

CONTA	DESCRIÇÃO	2027
71	**Vendas**	**8 884 000,00**
713	**Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos**	**8 884 000,00**
7131	Produtos diversos	8 884 000,00
72	**Prestações de serviços**	**7 499 000,00**
721	**Serviços prestados**	**7 499 000,00**
7211	Serviços prestados – mercado nacional	7 499 000,00
73	**Variações nos inventários da produção**	**0,00**
731	Produtos acabados e intermédios	0,00
78	**Outros rendimentos e ganhos**	**1 838 000,00**
781	**Rendimentos suplementares**	**96 500,00**
7812	Aluguer de equipamento	4 000,00
7816	Outros rendimentos suplementares	92 500,00
787	**Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros**	**70 500,00**
7873	Rendas de imóveis	70 500,00
788	**Outros**	**1 671 000,00**
7883	Imputação de subsídios para investimento	1 671 000,00
	Total dos rendimentos …	**18 221 000,00**

Valores com base nos Quadros 8 e 9 do EVEF (triagem, TM/TMB/CVO, outras vendas, tarifas, TGR, outras prestações de serviços e imputação de subsídios). O desdobramento das rubricas 781/787 resulta do alinhamento com a estrutura orçamental de 2026, mantendo os totais do EVEF. O total difere do somatório do Quadro 8 do EVEF (18 220 mil euros) em ±1 mil euros por arredondamento.

ANEXO III – GASTOS DE EXPLORAÇÃO

CONTA	DESCRIÇÃO	2027
61	**Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas**	**5 000,00**
6122	Matérias-primas para a triagem	5 000,00
62	**Fornecimentos e serviços externos**	**6 726 000,00**
621	**Subcontratos**	**185 000,00**
6211	Outros subcontratos	185 000,00
622	**Serviços especializados**	**3 129 000,00**
6221	Trabalhos especializados	1 237 000,00
6222	Publicidade e propaganda	28 000,00
6223	Vigilância e segurança	87 000,00
6224	Honorários	61 000,00
6226	Conservação e reparação	1 708 000,00
6227	Serviços bancários e financeiros	8 000,00
623	**Materiais**	**131 000,00**
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	117 400,00
6233	Material de escritório	13 600,00
624	**Energia e fluídos**	**2 009 000,00**
6241	Electricidade	550 700,00
6242	Combustíveis	1 372 600,00
6243	Água	24 700,00
6244	Outros fluídos	61 000,00
625	**Deslocações, estadas e transportes**	**7 000,00**
6251	Deslocações e estadas	7 000,00
626	**Serviços diversos**	**1 265 000,00**
6261	Rendas e alugueres	705 100,00
6262	Comunicação	65 800,00
6263	Seguros	368 000,00
6265	Contencioso e notariado	14 000,00
6267	Limpeza, higiene e conforto	112 100,00
63	**Gastos com o pessoal**	**7 279 000,00**
632	**Remunerações do pessoal**	**5 336 000,00**
6321	Pessoal – remunerações	4 909 000,00
6322	Pessoal – subsídio de alimentação	427 000,00
635	**Encargos sobre remunerações**	**1 166 000,00**
6352	Enc. s/ remunerações	1 166 000,00
636	**Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais**	**458 000,00**
6361	Seguro AT – pessoal	357 400,00
6363	Seguro ac. pessoais/doença – pessoal	100 600,00
638	**Outros gastos com o pessoal**	**319 000,00**
6381	Medicina, higiene e segurança no trabalho	37 600,00
6382	Formação profissional	24 700,00
6383	Fardamento de pessoal	31 900,00
6386	Outros gastos c/ pessoal	224 800,00

CONTA	DESCRIÇÃO	2027
64	**Gastos de depreciação e de amortização**	**2 888 000,00**
642	Ativos fixos tangíveis	2 810 900,00
643	Ativos intangíveis	77 100,00
68	**Outros gastos e perdas**	**1 152 000,00**
681	**Impostos**	**1 064 300,00**
6811	Impostos diretos	600,00
6812	Impostos indiretos	32 700,00
6813	Taxas	1 031 000,00
688	**Outros**	**87 700,00**
6882	Donativos	8 700,00
6883	Quotizações	14 300,00
6888	Outros não especificados	64 700,00
69	**Gastos e perdas de financiamento**	**122 000,00**
691	Juros suportados	122 000,00
	TOTAL dos gastos …	**18 172 000,00**

ANEXO IV – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL

RENDIMENTOS E GASTOS	2027 (euros)
Vendas e serviços prestados	16 382 000,00
Subsídios à exploração	0,00
Variação de inventários	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-5 000,00
Fornecimentos e serviços externos	-6 726 000,00
Gastos com o pessoal	-7 279 000,00
Outros rendimentos	1 838 000,00
Outros gastos	-1 152 000,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	**3 058 000,00**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-2 888 000,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	**170 000,00**
Juros e gastos similares suportados	-122 000,00
Resultado antes de impostos	**48 000,00**
Imposto sobre rendimento do período	-11 000,00
Resultado líquido do período	**37 000,00**

ANEXO V - PARECER PRÉVIO DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

PARECER PRÉVIO DO FISCAL ÚNICO SOBRE O CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS

Introdução

A Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda. na qualidade de fiscal único da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., vem, na sequência da solicitação do órgão de gestão, emitir o parecer prévio, previsto na alínea d) do nº 1 do artigo 25º dos Estatutos, sobre o contrato de gestão delegada a celebrar para a prestação de serviços de gestão e tratamento de resíduos urbanos, entre os Municípios do Entroncamento, da Chamusca, de Alcanena, de Constância, de Ferreira do Zêzere, da Golegã, de Santarém, de Tomar, de Torres Novas e de Vila Nova da Barquinha e a RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.

O contrato de gestão delegada a celebrar, na versão R13b de 19 de outubro de 2026, contempla um período vinculativo de 2027 a 2031, tendo por base o respetivo Estudo de Viabilidade Económico-Financeira elaborado para o horizonte temporal de 15 anos (2027 a 2041), o qual foi elaborado nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e inclui a definição das tarifas e do financiamento da atividade da Entidade Gestora. A presente versão substitui a versão R11 do projeto de contrato, de 26 de fevereiro de 2026, sobre a qual emitimos parecer em 14 de março de 2026.

Responsabilidades

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação do contrato de gestão delegada de acordo com o disposto no artigo 17º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, o qual incluirá a identificação, fundamento e demais pressupostos que lhe servem de base.

A nossa responsabilidade consiste em verificar as condições que fundamentam a celebração do contrato de gestão delegada, competindo-nos emitir um parecer profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

O trabalho a que procedemos consistiu, designadamente, na análise do projeto de contrato de gestão delegada e do respetivo Estudo de Viabilidade Económico-Financeira, bem como na verificação e análise das bases e pressupostos preparados pelo órgão de gestão.

A responsabilidade pela preparação do contrato de gestão delegada e do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira, incluindo os pressupostos subjacentes às projeções financeiras apresentadas, é do órgão de gestão da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.

O trabalho foi desenvolvido tendo em consideração as normas, orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aplicáveis às circunstâncias. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer.

Parecer

Com base no trabalho efetuado, é nosso parecer que o contrato de gestão delegada a celebrar para a prestação de serviços de gestão e tratamento de resíduos urbanos, entre os Municípios do Entroncamento, da Chamusca, de Alcanena, de Constância, de Ferreira do Zêzere, da Golegã, de Santarém, de Tomar, de Torres Novas e de Vila Nova da Barquinha e a RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., apresentado para apreciação (versão R13b, de 19 de outubro de 2026), se encontra adequadamente fundamentado, tendo em conta os pressupostos considerados no respetivo Estudo de Viabilidade Económico-Financeira.

Ênfase

Chamamos a atenção para o facto de o plano de investimentos previsto para o período 2027-2031, no montante de cerca de 57,2 M€, assentar num cofinanciamento comunitário de cerca de 32,9 M€, dos quais, à data, apenas cerca de 3,1 M€ se encontram aprovados. Encontra-se submetida candidatura relativa a cerca de 12,7 M€, respeitante à nova linha de triagem de embalagens, da qual depende de forma significativa a evolução prevista das receitas de venda de materiais recicláveis, não tendo ainda sido submetidas candidaturas relativas ao remanescente, de cerca de 17,0 M€. A não obtenção destes apoios implicará a revisão do plano de investimentos, da estrutura de financiamento ou da trajetória tarifária, com impacto significativo nas projeções apresentadas. Importa referir que as projeções financeiras constantes do referido estudo assentam em pressupostos cuja concretização depende de eventos futuros, pelo que os resultados efetivos poderão diferir dos valores projetados.

O nosso parecer não é modificado em relação a esta matéria.

Lisboa, 23 de outubro de 2026

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181
representada por:

Paulo Alexandre Martins Patrício - ROC n.º 2191
Registado na CMVM com o n.º 20250016